

**A RETÓRICA POPULISTA DE JAIR BOLSONARO E A INSTABILIDADE
DEMOCRÁTICA NO BRASIL (2018–2023)**

**THE POPULIST RHETORIC OF JAIR BOLSONARO AND DEMOCRATIC
INSTABILITY IN BRAZIL (2018–2023)**

Sara Sousa Americo de Oliveira¹
Mikael Vinicius da Anunciação Lima²
Bruno Mello Souza³

RESUMO

Este artigo analisa como os discursos públicos do ex-presidente Jair Bolsonaro, entre 2018 e 2023, se associam ao enfraquecimento da legitimidade das instituições democráticas no Brasil. A pesquisa parte do entendimento do populismo como estratégia discursiva que opõe o povo a uma elite corrupta, promovendo o descrédito institucional. O estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em análise documental e análise crítica do discurso, centrando-se em pronunciamentos oficiais que atacam sistematicamente o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e o sistema de votação eletrônica. A pesquisa também examina a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República sobre os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, estabelecendo relações entre os discursos do ex-presidente e a construção de um ambiente de ruptura simbólica com o Estado Democrático de Direito. Os resultados indicam que a retórica adotada por Bolsonaro fomentou antagonismos, reforçou a radicalização política e deslegitimou instituições fundamentais do sistema democrático. A pesquisa contribui para os estudos sobre democracia ao demonstrar como discursos extremistas proferidos por lideranças eleitas podem comprometer a estabilidade institucional e enfraquecer a cultura democrática.

Palavras-chave: Populismo; Polarização; Instituições Democráticas.

ABSTRACT

This article analyzes how the public speeches of former President Jair Bolsonaro, between 2018 and 2023, are associated with the weakening of the legitimacy of democratic institutions in Brazil. The research starts from the understanding of populism as a discursive strategy that opposes the people to a corrupt elite, promoting institutional discredit. The study adopts a qualitative approach, based on documentary analysis and critical discourse analysis, focusing on official pronouncements that systematically attack the Supreme Federal Court, the

¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí, bolsista/FAPEPI, bacharel em Direito pela Faculdade Estácio de Teresina (2022) e especialista em Direito Civil (2026), Direito do Trabalho Previdenciário, Direito Legal e Direito Educacional (2023).E-mail: americosara78@gmail.com

² Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Piauí (UFPI). Bacharel em Direito (2023). Pós-graduado em Direito Previdenciário (2024), Direito Tributário e Processo Tributário (2024). Possui formação em Mediação e Conciliação Judicial pela Escola Judiciária do Estado do Piauí (EJUD) e em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Assessor Técnico (CC 02) do Ministério Público do Estado do Piauí, atualmente lotado no Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.
E-mail: mikaelvincios2501@gmail.com

³ Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunosouza@cchl.uespi.br

Superior Electoral Court, and the electronic voting system. The research also examines the complaint filed by the Attorney General's Office regarding the coup attempts of January 8, 2023, establishing relationships between the former president's speeches and the construction of an environment of symbolic rupture with the Democratic Rule of Law. The results indicate that the rhetoric adopted by Bolsonaro fostered antagonisms, reinforced political radicalization, and delegitimized fundamental institutions of the democratic system. This research contributes to studies on democracy by demonstrating how extremist speeches delivered by elected leaders can compromise institutional stability and weaken democratic culture.

Keywords: Populism; Polarization; Democratic Institutions.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a relação entre os discursos públicos-institucionais de Jair Bolsonaro, no período de 2018 a 2023, e o enfraquecimento da legitimidade das instituições democráticas brasileiras. O objeto da pesquisa consiste em pronunciamentos oficiais e declarações formais do então presidente que contenham críticas sistemáticas ao Supremo Tribunal Federal, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao sistema eleitoral. O recorte temporal compreende o ciclo eleitoral de 2018, o exercício do mandato presidencial e o contexto posterior às eleições de 2022, culminando nos atos de 8 de janeiro de 2023.

A literatura internacional sobre populismo identifica a centralidade do antagonismo entre “povo” e “elite” como elemento estruturante dessa forma de construção política (Mudde, 2007; Tormey, 2019). Para esses autores, o populismo opera por meio da reivindicação exclusiva da representação da vontade popular, frequentemente acompanhada da deslegitimação de instituições intermediárias. Esse padrão discursivo pode tensionar normas democráticas ao questionar a legitimidade de órgãos de controle.

No campo dos estudos sobre erosão democrática, Levitsky e Ziblatt (2018) demonstram que o enfraquecimento institucional não ocorre apenas por rupturas formais, mas também por meio da corrosão gradual das normas e da deslegitimação simbólica dos árbitros do sistema político. Ataques reiterados ao Judiciário, à imprensa e às autoridades eleitorais são identificados como sinais de deterioração democrática.

No contexto brasileiro recente, pesquisas têm analisado a polarização política, o extremismo ideológico e a disseminação de desinformação (Nunes; Traumann, 2023; Fuks; Marques, 2022). Contudo, observa-se uma lacuna quanto à análise empírica sistemática dos discursos presidenciais institucionais como variável explicativa da deslegitimação

democrática, especialmente em articulação com eventos concretos de contestação institucional.

Diante dessa lacuna, este estudo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: como os discursos públicos-institucionais de Jair Bolsonaro, enquanto liderança populista, estão associados ao enfraquecimento da legitimidade das instituições democráticas brasileiras entre 2018 e 2023?

O objetivo do trabalho é demonstrar como a retórica presidencial se relaciona com o questionamento da legitimidade institucional. Para isso, a pesquisa analisa duas dimensões: (i) os padrões discursivos de ataque sistemático às instituições de controle; e (ii) a articulação desses padrões com os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, à luz da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República.

Adota-se como referencial teórico a concepção de populismo como construção discursiva baseada na oposição moral entre “povo” e “elite” (Tormey, 2019) e a abordagem sobre erosão democrática gradual (Levitsky; Ziblatt, 2018). Esses aportes permitem operacionalizar categorias analíticas voltadas à identificação de narrativas de crise institucional, deslegitimação de árbitros eleitorais e personalização da representação política.

Com base nesse referencial, formula-se a hipótese de que a mobilização recorrente de uma retórica populista de viés antagonista, direcionada contra instituições de controle, contribuiu para a deslegitimação simbólica dessas instâncias e para a intensificação da radicalização política no período analisado. A pesquisa adota abordagem qualitativa, utilizando análise documental e análise crítica do discurso. Foram selecionados pronunciamentos oficiais a partir de critérios de recorrência temática e conteúdo de contestação institucional. Os dados foram organizados em categorias derivadas do referencial teórico, permitindo examinar padrões discursivos e sua relação com o contexto de instabilidade institucional.

O estudo contribui para o debate sobre erosão democrática ao oferecer evidência empírica acerca do papel desempenhado por discursos presidenciais na construção de ambientes de contestação institucional. O artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico sobre populismo, polarização e erosão democrática. Em seguida, descrevem-se a metodologia adotada e os critérios de seleção dos discursos analisados. Posteriormente, são discutidos os resultados da análise empírica, bem como o exame da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 O POPULISMO

O populismo constitui uma categoria analítica central para compreender processos contemporâneos de contestação às instituições liberais e às normas do Estado de Direito. De acordo com Fukushima e Ferraz (2021), o populismo autoritário configura-se como uma forma de liderança personalista que reivindica a representação exclusiva da vontade popular, ao mesmo tempo em que identifica “inimigos internos”, geralmente associados às elites políticas, à imprensa e ao Judiciário. Essa retórica mobiliza afetos, ressentimentos e percepções de ameaça, substituindo o debate racional por discursos simplificadores e polarizadores.

No contexto brasileiro, Jair Bolsonaro incorporou elementos centrais desse populismo ao construir sua imagem como um líder “antissistema”, comprometido com o combate à “velha política”. Montenegro (2021) argumenta que, sob essa lógica, o populismo autoritário redefine a relação entre governantes e governados, transferindo a legitimidade política para a figura carismática do líder e desqualificando as instituições mediadoras. Essa dinâmica articula-se à comunicação digital direta, que reforça a percepção de autenticidade e proximidade, ainda que frequentemente sustentada por desinformação.

Nessa perspectiva, Levitsky e Ziblatt (2018) definem os populistas como atores políticos de orientação *antiestablishment* que afirmam representar, de forma exclusiva, a “voz do povo” em oposição a uma elite retratada como corrupta, conspiradora e ilegítima. Esse tipo de liderança tende a negar a legitimidade dos partidos, das instituições representativas e dos mecanismos tradicionais de mediação democrática, apresentando-os como antidemocráticos ou mesmo antipatrióticos. Ao sustentar que o sistema político foi capturado ou fraudado por essa elite, o discurso populista constrói uma narrativa de crise permanente da democracia e promete “devolver o poder ao povo”, frequentemente por meio de práticas que tensionam normas institucionais e enfraquecem os freios e contrapesos do Estado de Direito.

O extremismo de direita aprofunda esse quadro ao promover uma agenda moral conservadora e antipluralista. Barreiros, Miaguti e Poty (2021) mostram que esse campo político combina a defesa da ordem tradicional com ataques sistemáticos à diversidade, aos direitos humanos e à cidadania inclusiva. Hoffmann (2024) destaca que, no caso brasileiro, tal extremismo foi legitimado por discursos anticorrupção e pela instrumentalização religiosa, convertendo valores morais em instrumentos de mobilização política.

Ribeiro (2022) interpreta o bolsonarismo como um movimento metapolítico que rejeita a política institucional, ainda que dela dependa para expandir sua base social e ocupar

espaços simbólicos. Essa contradição manifesta-se na combinação entre discurso antissistêmico e utilização estratégica das instituições para difundir valores autoritários. Nesse sentido, Ferreira (2023) observa que a articulação entre fundamentalismo religioso e patriotismo moralizante contribuiu para consolidar uma base social disposta a relativizar princípios democráticos em nome de uma suposta “missão moral”.

A comunicação digital teve papel central nesse processo. Estudos de Negreiros (2022) e de Rossetti e Bernardino (2022) evidenciam que estruturas organizadas, como o chamado “gabinete do ódio”, disseminaram desinformação de forma sistemática, produzindo percepções distorcidas da realidade e reforçando crenças grupais. A tecnopolítica descrita por Egler e Pereira (2024) não apenas reconfigura o espaço público, mas cria “comunidades de sentido” impermeáveis a informações externas, fortalecendo a adesão a narrativas antidemocráticas.

Assim, a interseção entre populismo autoritário e extremismo de direita contribuiu para fragilizar as instituições democráticas brasileiras, corroendo normas republicanas e debilitando a confiança pública. Ao reivindicarem a defesa de um “povo autêntico” contra instituições supostamente corrompidas, esses movimentos legitimaram práticas de intolerância, desinformação e ataque às mediações democráticas. Esse ambiente de descrédito institucional e radicalização fornece o pano de fundo para compreender a eclosão dos ataques de 8 de janeiro de 2023.

Para Tormey (2019), o populismo opera como uma construção discursiva que atribui ao líder populista o papel de porta-voz exclusivo da vontade popular, elemento central para compreender o modo como tais lideranças desafiam normas democráticas.

O que está claro nas várias tentativas de definir o populismo é a centralidade da ideia de "povo". Para os populistas, "o povo" é o sujeito da política, em oposição a qualquer classe social, grupo étnico ou nação. O que motiva os populistas é um certo sentimento de que as necessidades ou os interesses do povo estão em desacordo com as necessidades e os interesses daqueles que governam, que os comentaristas costumam denominar "as elites". Por um lado, as elites estão prejudicando o povo e é esse sentimento de dano que instiga os populistas a estruturar a política em termos de confrontação ou de antagonismo. (Tormey, 2019, p. 15).

Essa formulação evidencia que o populismo opera por meio da produção de antagonismos, estruturando a política como um conflito permanente entre grupos moralmente opostos. Tal antagonismo cria as condições discursivas para a construção de narrativas que reforçam a percepção de crise, injustiça e ameaça, funcionando como mecanismo de mobilização política e de contestação institucional.

A partir dessas contribuições teóricas, torna-se necessário explicitar a concepção de populismo adotada neste trabalho, bem como suas implicações analíticas para a investigação empírica proposta. Essa concepção orienta diretamente neste capítulo a construção das categorias analíticas utilizadas na análise dos pronunciamentos, especialmente aquelas relacionadas à dicotomia entre “povo” e “elite”, à produção discursiva de narrativas de crise institucional e à deslegitimação das instâncias de mediação democrática, como o sistema eleitoral, o Judiciário e os órgãos de controle.

Ao compreender o populismo como uma forma de articulação política baseada no antagonismo moral e na reivindicação exclusiva da representação popular, o adjetivo “autoritário” é empregado neste trabalho para enfatizar que essa articulação se expressa por meio de ataques recorrentes às instituições de controle, da relativização do pluralismo político e da contestação sistemática às regras do jogo democrático. A partir dessa compreensão, esta pesquisa analisa como tais elementos discursivos se manifestam nos pronunciamentos do ex-presidente e contribuem para processos de instabilidade democrática no Brasil entre 2018 e 2023.

Em contextos em que discursos antidemocráticos ganham protagonismo, torna-se comum observar a construção de uma narrativa de crise permanente, que justifica a adoção de medidas excepcionais e o tensionamento entre os Poderes constituídos (Levitsky; Ziblatt, 2018). Esse traço antipluralista se manifesta em discursos que direcionam ataques sistemáticos ao Judiciário, ao Parlamento e à imprensa, promovendo o descrédito de seus membros e fragilizando sua legitimidade perante a opinião pública.

O debate sobre polarização política, intensificado no Brasil nos últimos anos, pode ser examinado sob duas dimensões. A polarização ideológica, segundo Ura e Ellis (2012), diz respeito à adesão a posicionamentos alinhados a agendas partidárias e programáticas. Já a polarização afetiva refere-se à oposição emocional e identitária entre grupos políticos rivais, ultrapassando divergências de conteúdo e contribuindo para a intensificação do antagonismo social. Santos (2022) observa que esse tipo de polarização fortalece comportamentos de lealdade grupal, muitas vezes sobrepondo-se ao compromisso com princípios democráticos e à convivência pluralista.

Pesquisas recentes têm se dedicado a mensurar os níveis de polarização no Brasil e a investigar os impactos do extremismo partidário sobre as instituições democráticas e sobre a ascensão de discursos autoritários (Nunes e Traumann, 2023; Fuks e Marques, 2022; Ortellado, Ribeiro e Zeine, 2022; Bello, 2023; Nicolau, 2020). Embora tais estudos contribuam para a compreensão do ambiente de radicalização no país, permanece uma lacuna

referente ao papel desempenhado por discursos institucionais proferidos por líderes eleitos, especialmente quando utilizados como instrumentos de deslegitimação de regras democráticas e de instituições de controle.

A análise crítica do discurso, fundamentada em autores como Fairclough (2001) e Van Dijk (2008), auxilia na compreensão de como práticas discursivas podem produzir e reproduzir relações de poder, naturalizar ideologias e mobilizar afetos coletivos. No campo do populismo, esse arcabouço analítico permite identificar estratégias linguísticas como dicotomias morais, simplificações narrativas e apelos emocionais que reforçam a oposição entre um “povo” idealizado e uma “elite” tratada como corrupta ou ilegítima. Tais estratégias são centrais para a consolidação de discursos que fragilizam normas democráticas, esvaziam a legitimidade institucional e ampliam tensões políticas.

Nesse sentido, a articulação entre populismo autoritário, antagonismo discursivo, tecnopolítica e polarização afetiva fornece o arcabouço teórico necessário para compreender como discursos políticos podem tensionar normas democráticas e fragilizar instituições. A partir dessa base conceitual, torna-se possível examinar empiricamente os pronunciamentos analisados neste estudo, identificando padrões discursivos associados à deslegitimação institucional e à intensificação da instabilidade democrática no Brasil recente.

2.1 Elementos autoritários e radicalização política na construção discursiva do bolsonarismo

A análise da construção discursiva do bolsonarismo exige a articulação entre elementos autoritários e processos de radicalização política. Conforme observado na literatura contemporânea sobre erosão democrática, práticas autoritárias dificilmente se apresentam sob a forma de discursos moderados ou conciliatórios. Ao contrário, tendem a estruturar-se a partir de visões de mundo radicalizadas, caracterizadas pela rejeição ao pluralismo, pela moralização da política e pela deslegitimação das instituições de controle.

No contexto brasileiro entre 2018 e 2022, os pronunciamentos e posicionamentos públicos de Jair Bolsonaro revelaram padrões discursivos que dialogam com aquilo que Mudde (2007; 2019) identifica como traços centrais da extrema-direita: a construção de uma oposição moral entre “o povo verdadeiro” e uma “elite corrupta”, a defesa de valores tradicionais como fundamento exclusivo da ordem política e a recusa em reconhecer a legitimidade de adversários políticos. Essa estrutura discursiva não se limitou à disputa

eleitoral convencional, mas operou uma redefinição dos próprios limites da arena democrática.

A presença de elementos autoritários manifesta-se, sobretudo, na recorrente deslegitimação de instituições responsáveis pelo equilíbrio e controle do poder. Ataques ao Supremo Tribunal Federal, questionamentos reiterados ao sistema eleitoral e críticas sistemáticas à imprensa constituíram parte integrante dessa estratégia discursiva. Conforme argumentam Levitsky e Ziblatt (2018), um dos principais sinais de inclinação autoritária é a disposição de enfraquecer árbitros institucionais e de rejeitar as regras do jogo democrático quando estas produzem resultados desfavoráveis. No caso analisado, a construção contínua de suspeitas sobre a lisura do processo eleitoral contribuiu para corroer a confiança pública em mecanismos fundamentais da democracia representativa.

Essa dinâmica aproxima-se do que Alizada *et al*

. (V-Dem) descrevem como processos de autocratização gradual, nos quais líderes eleitos tensionam instituições democráticas a partir de dentro, preservando formalmente sua existência, mas enfraquecendo sua legitimidade e sua autoridade simbólica. A retórica bolsonarista não propôs explicitamente a abolição das instituições democráticas; contudo, ao questionar reiteradamente sua credibilidade, associou-se à redução do apoio difuso à ordem institucional.

A radicalização política, nesse contexto, deve ser compreendida como a dinâmica que intensifica e operacionaliza esses elementos autoritários. Não se trata apenas da adoção de posições ideológicas conservadoras ou da defesa de pautas controversas, mas do deslocamento progressivo do conflito político para um registro de confrontação existencial. Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) demonstram que a polarização no Brasil adquiriu caráter cada vez mais acentuado, reforçando identidades políticas antagônicas e dificultando o reconhecimento mútuo entre adversários. Esse ambiente polarizado criou condições favoráveis à normalização de discursos extremos.

A radicalização manifesta-se, ainda, na escalada retórica que transforma divergências políticas em disputas morais absolutas. A construção de inimigos internos, a associação de opositores a ameaças à nação e a utilização de linguagem beligerante contribuíram para intensificar o conflito e fragilizar normas informais de tolerância e contenção institucional. Levitsky e Ziblatt (2018) destacam que a estabilidade democrática depende não apenas de regras formais, mas também de compromissos normativos compartilhados entre elites políticas. A deterioração desses compromissos amplia o espaço para práticas autoritárias.

A dimensão digital desempenhou papel decisivo na amplificação desse processo. A comunicação política mediada por plataformas digitais favoreceu a circulação descentralizada de narrativas conspiratórias e de conteúdos desinformativos, frequentemente relacionados ao funcionamento das instituições democráticas. Cesarino (2020) observa que o populismo digital opera por meio da fragmentação comunicacional, permitindo a produção e difusão contínua de versões simplificadas e emocionalmente mobilizadoras da realidade política. Nesse ambiente, a desinformação não atua apenas como erro factual, mas como instrumento de construção identitária e reforço do antagonismo.

Nunes e Traumann (2023) ressaltam que a polarização brasileira ultrapassou o campo institucional e passou a afetar relações sociais e percepções cotidianas, evidenciando o grau de enraizamento da divisão política. A desinformação sobre o sistema eleitoral e sobre decisões judiciais contribuiu para consolidar a percepção de que as instituições atuam contra a vontade popular. Tal narrativa reforça o núcleo autoritário do discurso, ao sugerir que a legitimidade política não decorre do respeito às regras democráticas, mas da adesão a uma concepção moral específica de nação.

Dessa forma, autoritarismo e radicalização não constituem dimensões autônomas, mas processos interdependentes. A visão autoritária de mundo fornece a base ideológica que rejeita o pluralismo e relativiza as regras do jogo democrático; a radicalização política, por sua vez, intensifica essa visão, transformando-a em mobilização discursiva permanente e ampliando sua capacidade de alcance por meio das mídias digitais. A construção discursiva do bolsonarismo, portanto, deve ser interpretada como processo no qual elementos autoritários foram progressivamente reforçados por dinâmicas de radicalização, produzindo um ambiente de crescente desconfiança institucional e tensionamento das normas democráticas. Essa combinação contribuiu para fragilizar os mecanismos simbólicos de sustentação do regime democrático configurando um ambiente propício à intensificação de conflitos institucionais e à contestação das regras democráticas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira parte do estudo focou na retórica do ex-presidente Jair Bolsonaro contra as Instituições Democráticas dentro do recorte temporal da pesquisa. Para tanto, inicialmente foram coletadas as falas do ex-presidente e, logo em seguida, procedeu-se à tabulação dos dados. A massa empírica examinada foi feita a partir de alguns recortes e é composta por pronunciamentos públicos, organizados em três tipos de fonte: (i) pronunciamento oficial; (ii)

pronunciamento oficial realizado em transmissões ao vivo; e (iii) pronunciamento público. Os discursos foram coletados a partir de fontes jornalísticas de ampla circulação e reconhecimento, como O Globo, BBC, G1 e Metrôpoles, entre outras. A base de dados inclui, ainda, os respectivos *links* de origem, assegurando a rastreabilidade e a autenticidade do material analisado. O marco temporal da análise corresponde ao período compreendido entre 7 de janeiro de 2021 e 23 de agosto de 2022, conforme registrado na coluna “Data” da tabela final do painel BI de dados. Esse intervalo delimita o conjunto de pronunciamentos examinados e orienta a análise da distribuição temporal das categorias discursivas identificadas. O tamanho da amostra compreende 14 pronunciamentos analisados. Esse número é apresentado na tabela final da base de dados e está sintetizado no campo 'Quantidade de Pesquisas', dentro das 7 categorias apresentadas que são: I. Construção do “povo puro” vs “elite corrupta”; II. Desconfiança no sistema eleitoral; III. Ataques ao TSE; IV. Narrativas de crise institucional; V. Ataque ao STF; VI. Convocação para mobilizações antidemocráticas e VII. Uso de linguagem emocional (medo, ódio, patriotismo). Os números e percentuais de menções apresentados nos gráficos e ao longo da análise referem-se à proporção de ocorrências discursivas identificadas em cada categoria em relação ao total de ocorrências categorizadas, e não ao número absoluto de pronunciamentos. Dessa forma, os percentuais expressam a frequência relativa das categorias no conjunto do material empírico analisado. Foram elencadas as seguintes categorias: fonte dos discursos (pronunciamentos oficiais ou públicos); data do discurso; códigos identificados.

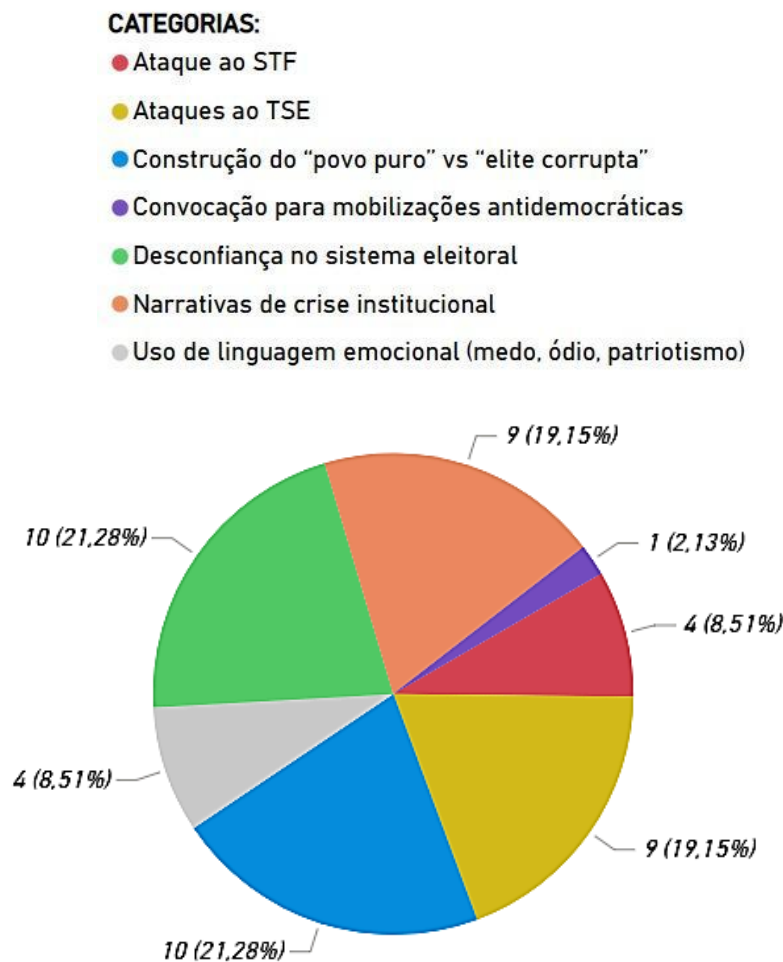
Para sistematizar e evidenciar padrões recorrentes nos discursos, foram feitas investigações das similitudes dos discursos, realizadas a partir dos seguintes códigos: a) ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF); b) ataques ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE); c) desconfiança no sistema eleitoral; d) convocações para mobilizações antidemocráticas; e) Construção do povo *versus* elite; f) narrativas de crise institucional; g) uso de linguagem emocional. Essa codificação permitiu a quantificação das frequências desses temas ao longo do período estudado.

A utilização da quantificação dos códigos, complementada por representações gráficas elaboradas em ferramentas de Business Intelligence (BI), conferiu maior rigor à análise ao destacar tendências temporais e a intensidade dos discursos autoritários. Assim, a pesquisa incorporou elementos quantitativos como suporte à análise qualitativa, configurando-se um estudo de abordagem mista, em que números e interpretações caminharam conjuntamente para a compreensão do fenômeno investigado.

3.1 Análise quantitativa dos discursos: padrões e implicações

Ao analisar as similitudes dos pronunciamentos coletados, evidenciou-se que a estratégia discursiva predominante de Jair Bolsonaro consistiu em construir uma narrativa dualista entre um “povo puro” e uma “elite corrupta”, combinada com a deslegitimação do sistema eleitoral e ataques sistemáticos às instituições judiciais, especialmente o TSE e o STF:

Gráfico 01 – Frequência dos códigos nos pronunciamentos coletados



Fonte: Elaboração própria, com base nos pronunciamentos coletados.⁴

⁴MICROSOFT. Power BI. A retórica de Jair Bolsonaro contra as instituições democráticas. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYjUxYTk5YzAtODk5Yy00ZjM3LThiZmMtMDRhNTA4NjE5OGNliiwidCI6IjY5ZDliOGMyLWU0MjUtNDNjZS04N2UxLTYzZTQyZTViODViYyJ9>. Acesso em: 07 jul. 2025.

Os dados acima evidenciam a recorrência de determinadas estratégias retóricas voltadas à deslegitimação das instituições democráticas. As categorias mais frequentes nos discursos coletados foram a construção da dicotomia entre o “povo puro” e a “elite corrupta” (21,28%) e a desconfiança no sistema eleitoral (21,28%).

Vejam os que, no dia 09 de setembro de 2021, o ex-presidente atacou o TSE com a seguinte menção:

[...] “Não posso participar de uma farsa como essa patrocinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)” (BBC News Brasil, 2021). [...]

Ademais, no dia 23 de agosto de 2022, ele convoca as pessoas a ir às ruas no dia Sete de Setembro com a seguinte frase:

[...] “pela última vez”. Para que o Supremo entenda o que é “a voz do povo” [...]
(Congresso Em Foco, 2021)

Os elementos vistos acima compõem o cerne do populismo, conforme descrito por Tormey (2019), para quem o populismo se estrutura na contraposição moral entre um povo homogêneo e uma elite corrupta. Essa narrativa, além de simplificadora, opera pela exclusão de vozes dissidentes e pela rejeição das instituições de intermediação democrática, como os partidos políticos, os tribunais e os meios de comunicação. Em seguida, destacam-se os ataques ao Tribunal Superior Eleitoral (19,15%) e as narrativas de crise institucional (19,15%), indicando uma estratégia deliberada de deslegitimação das regras do jogo democrático, em linha com o que Levitsky e Ziblatt (2018) identificam como práticas típicas de líderes que “minam a democracia por dentro”, corroendo normas democráticas sob o verniz da legalidade.

Dentro desse percentual de menções, o então ex-presidente Bolsonaro faz ataques ao TSE, sendo um deles questionamento referente à urna eletrônica dentro das eleições, conforme o colacionado abaixo:

[...] “Se não tivermos voto impresso, vamos ter problemas pior do que os Estados Unidos” [...] *(O Globo 2021)*

Os ataques ao Supremo Tribunal Federal (8,51%) e as convocações para mobilizações antidemocráticas (8,51%) reforçam esse padrão, revelando um discurso que, embora nem

sempre explicitamente golpista, estimula a mobilização popular contra o ordenamento institucional vigente.

Por fim, o uso de linguagem emocional (2,13%), demonstrado com apelos ao medo, ao ódio ou ao patriotismo, aparece em proporção reduzida, sugerindo que a radicalização discursiva de Bolsonaro operou, em grande medida, por meio de narrativas estruturadas e sistemáticas de antagonismo institucional, mais do que por apelos emocionais pontuais.

Como argumenta Weyland (2013), essa forma de populismo autoritário se caracteriza pela manipulação constante da opinião pública para fragilizar pesos e contrapesos institucionais, frequentemente utilizando a retórica antissistêmica como ferramenta de mobilização e polarização política. Os dados, portanto, apontam para uma estratégia discursiva coerente com processos de erosão democrática em curso, na qual o populismo atua como catalisador de tensões entre legalidade, legitimidade e representação.

Em discurso feito em setembro de 2021, é possível observar traços de mobilizações quando o então presidente Bolsonaro ataca o STF e ainda o TSE citando alegações de fraude eleitoral sem nenhuma evidência, conforme o demonstrado abaixo:

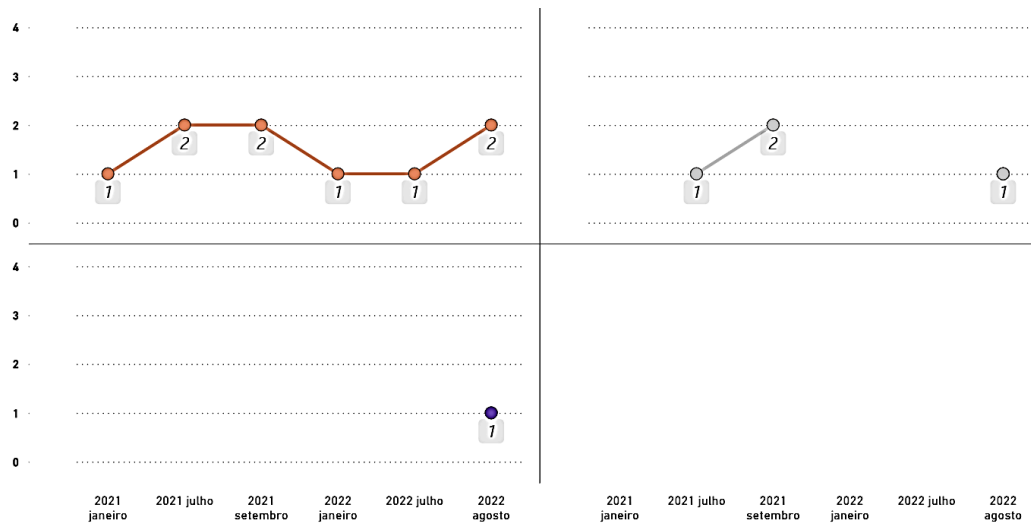
[...] “não podemos admitir” a manutenção do sistema eleitoral existente e que não poderia haver “eleições que parem dúvidas sobre os eleitores”. [...] (Human Rights Watch, 2021)

Por outro lado, a análise temporal dos pronunciamentos, agora desagregada por categorias, permite identificar com maior precisão os momentos de intensificação discursiva e os padrões específicos de cada dimensão analisada. Observam-se dois momentos-chave: o ciclo entre julho e setembro de 2021 e, sobretudo, agosto de 2022, quando diferentes categorias atingem simultaneamente seus pontos mais elevados.

Gráfico 02 – Frequência dos temas ao longo do tempo

CATEGORIAS:

- Ataque ao STF
- Ataques ao TSE
- Construção do “povo puro” vs “elite corrupta”
- Convocação para mobilizações antidemocráticas
- Desconfiança no sistema eleitoral
- Narrativas de crise institucional
- Uso de linguagem emocional (medo, ódio, patriotismo)



Fonte: Elaboração própria, com base nos pronunciamentos coletados. ⁵

Nos primeiros picos, especialmente entre julho e setembro de 2021, verifica-se a predominância de narrativas de crise institucional; desconfiança no sistema eleitoral, acompanhadas pelo crescimento dos ataques ao TSE e construção do “povo puro” vs “elite corrupta”. A visualização segmentada evidencia que essas categorias não apenas aumentam em frequência, mas também se articulam entre si, revelando um padrão discursivo consistente de questionamento das instituições eleitorais e jurídicas. Tal dinâmica reforça o argumento de Levitsky e Ziblatt (2018), segundo o qual líderes populistas tendem a fragilizar gradualmente as regras democráticas, sobretudo em momentos de maior mobilização política, em um processo que Bermeo (2016) denomina de *executive aggrandizement* (engrandecimento executivo).

O mês de setembro de 2021, em particular, coincide com as manifestações de 7 de setembro, convocadas pelo próprio ex-presidente. Nos gráficos, esse período se destaca não apenas pelo aumento das narrativas de crise, mas também pelo surgimento mais evidente de convocações para mobilizações antidemocráticas, indicando uma ampliação do repertório discursivo em direção à mobilização direta da base de apoio.

Após um breve arrefecimento em janeiro de 2022, observa-se um novo ciclo de crescimento que culmina em agosto de 2022, às vésperas das eleições presidenciais. Diferentemente dos momentos anteriores, os gráficos mostram que praticamente todas as categorias se elevam de forma concomitante. O grande destaque reside na construção

⁵Microsoft. Power BI. A retórica de Jair Bolsonaro contra as instituições democráticas. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYjUxYTk5YzAtODk5Yy00ZjM3LThiZmMtMDRhNTA4NjE5OGNliiwidCI6IjY5ZDliOGMyLWU0MjUtNDNjZS04N2UxLTYyZTZQyZTViODViYyJ9>. Acesso em: 07 jul. 2025.

narrativa do "povo puro" contra a "elite corrupta", seguida de perto pela escalada de ataques ao STF e, por fim, pela consolidação da desconfiança no sistema eleitoral. Essa convergência indica uma intensificação coordenada da retórica antissistêmica.

Esse comportamento confirma a interpretação de Tormey (2019), ao evidenciar que o populismo, nos discursos analisados, se intensifica em contextos de alta competição eleitoral, mobilizando uma estratégia discursiva voltada à deslegitimação prévia do processo democrático e à construção de um cenário de crise institucional.

3.2 A análise dos atos golpistas do 08 de janeiro a partir da denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR)

Os atos ocorridos em 8 de janeiro de 2023 representam um dos momentos mais críticos para a democracia brasileira desde a redemocratização. Naquele dia, grupos extremistas, inconformados com o resultado das eleições presidenciais de 2022, invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, configurando uma tentativa explícita de ruptura da ordem democrática, com claros contornos golpistas.

A presente pesquisa analisou a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (ASSCRIM/PGR n. 212310/2024) contra os responsáveis pelos crimes cometidos durante esses eventos. Utilizando as técnicas propostas por Cellard (2006), investigou-se a natureza do documento, o contexto político de sua elaboração, os autores do relatório, bem como a lógica subjacente e o grau de confiabilidade das informações apresentadas.

Trata-se de um documento jurídico-penal, produzido pela PGR no exercício de suas atribuições constitucionais e dirigido ao Supremo Tribunal Federal (STF). Seu objetivo é instaurar ação penal contra os denunciados, imputando-lhes crimes contra o Estado Democrático de Direito e delitos conexos, como participação em organização criminosa e tentativa de golpe de Estado.

Essa peça acusatória resulta de investigações conduzidas sob supervisão judicial, que envolveram análise de interceptações telefônicas, documentos apreendidos, depoimentos e perícias. Por isso, possui um caráter técnico-jurídico, visando responsabilizar criminalmente os envolvidos e estabelecer um nexos claro entre os fatos investigados e as condutas atribuídas aos denunciados.

A apresentação da denúncia ocorreu em um contexto de profunda polarização política no país. Após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, manifestantes contrários ao resultado eleitoral promoveram a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, com a

intenção de contestar o resultado das urnas e incentivar um golpe contra o governo legitimamente eleito.

Esse cenário reforça o papel da denúncia como instrumento fundamental para o enfrentamento das tentativas de ruptura institucional e a rearticulação das instituições democráticas. O documento apresenta alto grau de veracidade formal, uma vez que está fundamentado em provas colhidas durante investigações autorizadas pelo STF e conduzidas pelo Ministério Público Federal. Contudo, a confirmação definitiva das acusações dependerá do curso da instrução processual e do julgamento.

A denúncia atribui a esses acusados crimes graves, como organização criminosa, incitação à prática de crimes, danos ao patrimônio público e crimes contra o Estado Democrático de Direito, incluindo a tentativa de golpe de Estado. A responsabilização criminal desses indivíduos depende do andamento processual, que envolve a instrução do processo e o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

De acordo com o documento, muitos dos denunciados são líderes e membros de grupos extremistas, milícias digitais e movimentos radicais alinhados a discursos antidemocráticos e de contestação violenta ao resultado das eleições presidenciais de 2022. Essas pessoas utilizaram as redes sociais e plataformas digitais para disseminar desinformação, teorias conspiratórias e convocar manifestações que ultrapassam os limites legais.

Além disso, parte significativa dos acusados possui histórico de ativismo político radical, muitas vezes associado a movimentos de extrema-direita, com forte oposição ao governo eleito e às instituições democráticas. Alguns têm envolvimento em episódios anteriores de incitação ao ódio e ataques a autoridades públicas.

Entre os acusados também há indivíduos que exercem ou exerceram cargos públicos, no âmbito federal, estadual ou municipal, que foram identificados como articuladores ou apoiadores das ações violentas. Seu envolvimento reforça o caráter político do episódio e evidencia a influência de redes institucionais e partidárias no estímulo à ruptura democrática.

Já a lógica implícita na denúncia ressalta que a manutenção da democracia requer mecanismos eficazes de defesa contra ameaças, especialmente quando a insatisfação com seus métodos e resultados se manifesta por meio de atos violentos:

Uma democracia que não se protege não resiste às pulsões de violência que a insatisfação com os seus métodos, finalidades e modo de ser podem gerar nos seus descontentes. A defesa da democracia se realiza em vários níveis de intensidade institucional. Todos os Poderes recebem do constituinte originário parcelas de

responsabilidade para salvaguardar o regime de convivência jurídico-político-social escolhido em assembleia constituinte soberana. Ao Ministério Público essa responsabilidade sobe de ponto, uma vez que a Constituição faz dele o defensor do regime democrático (art. 127, caput). No domínio das suas competências, atuar segundo os preceitos da ordem jurídica para a promoção e a preservação do modelo político é imperioso. Uma dessas fórmulas é a denúncia por crimes contra a ordem democrática. (Brasil, 2024).

A estabilidade democrática, conforme argumenta o documento, depende de uma rede institucional comprometida com a preservação da ordem constitucional, sendo que todos os Poderes da República recebem, desde a Assembleia Constituinte de 1988, a incumbência de resguardar o regime político-jurídico estabelecido soberanamente.

Essa compreensão contrasta diretamente com a retórica adotada por Jair Bolsonaro ao longo de seu mandato, marcada por ataques reiterados às instituições, incitação à desconfiança em relação ao processo eleitoral e incentivo à mobilização de seus apoiadores contra os Poderes constituídos.

Ao questionar o sistema de votação sem apresentar provas, ao hostilizar ministros do Supremo Tribunal Federal e ao tolerar, ou mesmo estimular, discursos golpistas entre seus aliados, Bolsonaro cultivou um ambiente de ruptura institucional que deslegitima os fundamentos constitucionais mencionados pela PGR.

A insatisfação política, que é natural em qualquer democracia, foi canalizada por ele e por seu entorno em direção a uma lógica de confronto com o próprio regime democrático, como se o desacordo com decisões institucionais ou resultados eleitorais justificasse a tentativa de desestabilização do sistema.

O documento da PGR, portanto, evoca uma leitura da democracia como modelo político que não pode ser colocado em risco por impulsos autoritários travestidos de mobilização popular. Ao fazer isso, estabelece um contraste claro com a narrativa bolsonarista, que relativizou a ordem constitucional e fomentou práticas e discursos que culminaram nos atos golpistas do dia 08 de janeiro de 2023.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar como os discursos públicos-institucionais de Jair Bolsonaro, no período de 2018 a 2023, se relacionaram com o enfraquecimento da legitimidade das instituições democráticas brasileiras. A pesquisa buscou identificar padrões discursivos de contestação institucional e examinar sua articulação com o contexto de instabilidade culminado nos atos de 8 de janeiro de 2023.

A análise dos pronunciamentos oficiais revelou a presença recorrente de narrativas estruturadas na oposição moral entre “povo” e “instituições”, na desconfiança sistemática em relação ao sistema eleitoral e na deslegitimação de órgãos de controle, especialmente o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral. Esses padrões discursivos não se apresentaram como episódios isolados, mas como estratégia reiterada ao longo do período analisado.

Os resultados indicam que a retórica presidencial contribuiu para a construção de um ambiente de contestação simbólica das regras do jogo democrático. A repetição de alegações sobre fraude eleitoral, a personalização da representação política e a associação das instituições a interesses ilegítimos reforçaram a percepção de crise institucional entre apoiadores, ampliando a radicalização política.

A articulação entre os padrões discursivos identificados e os elementos constantes na denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República evidenciam a convergência entre linguagem política e mobilização antidemocrática. Embora o discurso, isoladamente, não explique a ocorrência dos atos de 8 de janeiro de 2023, os dados analisados demonstram que ele integrou o contexto simbólico que favoreceu a deslegitimação das instituições.

A hipótese da pesquisa foi confirmada. A mobilização recorrente de uma retórica populista de viés antagonista, direcionada contra instituições de controle, mostrou-se associada ao enfraquecimento da legitimidade institucional e à intensificação da polarização política no período estudado.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa se concentrou exclusivamente em pronunciamentos oficiais, não abrangendo a circulação de conteúdos em redes digitais ou a recepção do discurso pelos diferentes públicos. Estudos futuros podem ampliar a análise para dimensões quantitativas, investigar a repercussão desses discursos em ambientes digitais ou comparar o caso brasileiro com outros contextos latino-americanos.

Ao demonstrar empiricamente a relação entre retórica presidencial e deslegitimação institucional, este trabalho contribui para o debate sobre erosão democrática ao evidenciar como discursos proferidos por lideranças eleitas podem tensionar normas, fragilizar mecanismos de controle e impactar a estabilidade democrática.

REFERÊNCIAS

ALIZADA, Nazifa *et al.* **Autocratization surges** – resistance grows: democracy report 2020. Gothenburg: V-Dem Institute, 2020. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/14/dr_2020_dqumD5e.pdf. Acesso em: 12 maio 2026.

BARREIROS, Daniel; MIAGUTI, Carolina; POTY, Ítalo. Capitalismo, democracia e extrema-direita: uma análise comparativa baseada no duplo movimento polanyiano (1870–1945/1970–2020). **Revista de História Comparada**, v. 1, p. 300–336, 2021. *smo e Mídia*, v. 2, 2022.

BBC NEWS BRASIL. **Bolsonaro e as urnas eletrônicas**: entenda a disputa com o TSE. BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>. Acesso em: 21 mar. 2026.

BELLO, André. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 42-68, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202329142>. Acesso em: 3 mar. 2026.

BERMEO, Nancy. On democratic backsliding. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2016. Disponível em: *Journal of Democracy*. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Procuradoria-Geral da República (PGR). **Denúncia referente aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023**. Brasília, DF: Procuradoria-Geral da República, 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91–120, 2020.

CESARINO, Letícia. O Brasil no espectro: comunicação política e guerra cultural na era digital. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 3, 2020.

EGLER, Tamara Tania Cohen; PEREIRA, T. C. Rede tecnopolítica de extrema direita e democracia no Brasil. **Intercom** (São Paulo. Online), v. 47, p. 1–15, 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Manuela Lowenthal. A crise da democracia brasileira e o papel do extremismo político e religioso. **Revista Fim do Mundo**, n. 9, jan./jun. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372170338_A_Crise_Da_Democracia_Brasileira_E_O_Papel_Do_Extremismo_Politico_E_Religioso. Acesso em: 15 out. 2025.

FUKS, Mário; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>. <https://oaktrust.library.tamu.edu/server/api/core/bitstreams/b6ac5538-8bb1-4258-b180-d899e21d5560/content>. Acesso em: 3 mar. 2026.

FUKUSHIMA, Kátia Alves; FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. A ascensão da extrema-direita e as consequências para as democracias. **Argumentum**, v. 13, n. 2, p. 4–7, 2021.

HOFFMANN, Fábio. Autoritarismo e participação: os desafios da democracia brasileira frente à ascensão da extrema direita. **Brasília: Revista de Estudos Brasileiros**, v. 2, p. 291–310, 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Brasil: Bolsonaro intensifica ataques às instituições democráticas. 2021**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/09/15/brazil-bolsonaro-escalates-attacks-democratic-institutions> . Acesso em: 12 maio 2026.

LAGO, Rudolfo. Comentário do dia: dez vezes em que o presidente Jair Bolsonaro fez ameaças à democracia. **Congresso em Foco**, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/coluna/11359/comentario-do-dia-dez-vezes-em-que-o-presidente-jair-bolsonaro-fez-ameacas-a-democracia>. Acesso em: 21 mar. 2026

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MELLO, Bernardo; COUTO, Marlon Couto. **Investigado por incitar atos golpistas, Bolsonaro fez um ataque grave à democracia a cada 23 dias**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/investigado-por-incitar-atos-golpistas-bolsonaro-fez-um-ataque-grave-a-democracia-a-cada-23-dias.ghtml> . Acesso em: 21 mar. 2026.

MONTENEGRO, David Moreno. Comentário ao texto: “Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia”, de Luis Felipe Miguel. **Argumentum**, v. 2, p. 32–42, 2021.

MUDDE, Cas. **Populist radical right parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NEGREIROS, Célia Rejane Araújo. **Gabinete do ódio e fake news: os métodos da extrema-direita e a corrosão da democracia no Brasil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto; ZEINE, Leonardo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 62-91, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>. Acesso em: 3 mar. 2026.

RUEDIGER; GRASSI, Amaro. **Ataque à democracia e repercussão do 8 de janeiro: disputas narrativas em torno dos atos antidemocráticos nas plataformas on-line**. Rio de Janeiro: FGV ECMI, 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/c26b13c1-3138-4c00-be0d-09a00408ac4e/content>. Acesso em: 3 mar. 2026.

SANTOS, Tainá Yasmin Gonçalves. **Polarização afetiva**: as implicações da polarização no Estado Democrático de Direito. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34377/1/Polariza%c3%a7%c3%a3oAfetivaImplica%c3%a7%c3%b5es.pdf>. Acesso em 11 de maio 2026.

TORMEY, Simon. **Populismo**: uma breve introdução. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

URA, J. D.; ELLIS, C. R. Partisan moods: polarization and the dynamics of mass party preferences. **The Journal of Politics**, v. 74, n. 1, p. 277-291, 2012. Disponível em: NICOLAU, Jairo. O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto; ZEINE, Leonardo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 62–91, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>. Acesso em: 3 mar. 2026.

RIBEIRO, Guilherme. A metapolítica do bolsonarismo: considerações sobre o modus operandi da extrema-direita brasileira. *Revista Continentes*, v. 20, p. 71–99, 2022. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/404>. Acesso em: 15 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i20.40>.

ROSSETTI, Regina; BERNARDINO, Renata Abibe Ferrarezi. Fake news e o esvaziamento da esfera pública: análise crítica da crise de confiança nas instituições democráticas. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 2, 2022.

SANTOS, Tainá Yasmin Gonçalves. Polarização afetiva: as implicações da polarização no Estado Democrático de Direito. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34377/1/Polariza%c3%a7%c3%a3oAfetivaImplica%c3%a7%c3%b5es.pdf>. Acesso em: 11 maio 2026.

TORMEY, Simon. **Populismo**: uma breve introdução. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

URA, J. D.; ELLIS, C. R. Partisan moods: polarization and the dynamics of mass party preferences. *The Journal of Politics*, v. 74, n. 1, p. 277–291, 2012. Disponível em: <https://oaktrust.library.tamu.edu>. Acesso em: 3 dez. 2024.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

WEYLAND, Kurt. Latin America's authoritarian drift: the threat from the populist left. **Journal of Democracy**, v. 24, n. 3, p. 18-32, 2013.